

# 14

## Movimentos sociais de resistência ao cenário de insegurança alimentar e fome no contexto da pandemia de Covid-19<sup>1</sup>

Nilton Santos Stanguini  
Nathália César Nunes  
Ana Maria Bertolini  
Gabriela Marques Di Giulio

### INTRODUÇÃO

Considerado o segundo país mais desigual do mundo em distribuição de renda, o Brasil é pautado por inúmeras assimetrias em todo seu território (PNUD, 2019). Essas assimetrias têm um caráter histórico e dizem respeito a relações coloniais e neocoloniais, ao racismo, à desigualdade econômica regional, ao processo de urbanização e suas formas de empobrecimento, à consolidação de modelos de gênero vinculados ao capitalismo, à geografia de todo território brasileiro, a fatores socioculturais, entre outras questões. Essas desigualdades, e suas articulações e reverberações, são postas em evidência nas diversas notícias sobre a disseminação da pandemia de Covid-19, desde março de 2020, destacadas também pela maneira nada uniforme que ela vem impactando a população brasileira (CAETANO et al., 2020), agravando o cenário da fome no país.

---

<sup>1</sup> Este capítulo tem como base a dissertação do primeiro autor. STANGUINI, Nilton Santos. Movimentos sociais, políticas públicas de alimentação e nutrição e acesso ao direito humano à alimentação adequada no contexto da pandemia de Covid-19: um estudo no município de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Assim, entendendo a importância da discussão sobre a vulnerabilidade de grupos específicos e como estas populações estão morrendo na, e sobrevivendo à, pandemia de Covid-19, este capítulo tem como objetivo difundir a relevância das políticas públicas de alimentação e nutrição bem como de ações coletivas que emergem para a garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA), sobretudo em contextos de graves crises, como a pandemia de Covid-19, que acentuam os riscos aos quais populações que vivem em vulnerabilidade social estão expostas.

As discussões e reflexões trazidas neste capítulo foram desenvolvidas por meio de pesquisa bibliográfica e documental sobre os temas segurança alimentar e nutricional (SAN), pandemia de Covid-19, políticas públicas de alimentação e nutrição, movimentos sociais e sustentabilidade, com foco no contexto brasileiro e, sobretudo, a partir de experiências vivenciadas no município de São Paulo. A capital paulista vem apresentando um aumento de grupos populacionais que vivem em vulnerabilidade social. De acordo com o último censo realizado pela prefeitura, entre os anos de 2019 e 2021, o contingente em situação de rua passou de 24.344 para 31.884 pessoas. Com este aumento, o quantitativo da população em situação de rua na capital ultrapassou a população total de quase 70% das cidades paulistas. A pesquisa também evidenciou que o número de “moradias improvisadas”, ou seja, barracas instaladas nas ruas da cidade aumentou 330% quando comparado com o último censo realizado em 2019 (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2022). A desigualdade em distribuição de renda também faz com que São Paulo seja a cidade com maior número de favelas do país, com mais de dois milhões de pessoas vivendo nessa condição (CARTA CAPITAL, 2018). Essa realidade tem reverberações na alimentação da população. No final do ano de 2021, funcionários de postos de saúde do município de São Paulo relataram que muitos pacientes estavam em situação de extrema vulnerabilidade, pedindo doações de alimentos nos postos alegando que não comiam há dias (ZANATTA, 2021).

O capítulo está estruturado em quatro seções, incluindo esta introdução. Temos a seção “Insegurança alimentar: avanços e retrocessos nas políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil” em que são apresentados o cenário atual de Insegurança Alimentar e um breve histórico dos avanços e retrocessos em políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil. Na outra seção, são apresentadas ações coletivas que contribuem para a SAN da população, sobretudo de grupos que estão em condições de vulnerabilidade, agravadas pela pandemia de Covid-19. É relatada também a experiência local vivenciada pelo movimento social Fazendinhando, no

município de São Paulo, que tem ganhado novos contornos e expressão ao longo da pandemia de Covid-19, com atuação focada na qualidade de vida da população local e seu entorno. E na última seção, busca-se construir um diálogo entre movimentos sociais e as interfaces entre SAN e sustentabilidade, na perspectiva de lançar luz sobre a importância dessas experiências que (re)emergem numa lógica participativa e integrativa, com ações focadas na minimização dos impactos à SAN no contexto de desmontes e invisibilização de populações periféricas e vulneráveis socioeconomicamente.

## **INSEGURANÇA ALIMENTAR: AVANÇOS E RETROCESSOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO BRASIL**

O primeiro documento que traz avaliação global sobre a insegurança alimentar e nutricional referente ao ano de 2020, quando o mundo se depara com as graves consequências da pandemia de Covid-19, é o relatório “O Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI) 2021”. No documento, há uma projeção de que 720 a 811 milhões de pessoas conviveram com a fome no período analisado, o que representa um aumento de 161 milhões de pessoas nessa situação, quando comparado ao relatório do ano anterior (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2021).

Analizando a realidade brasileira, recente pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede PENSSAN e intitulada de “O Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil” revelou um cenário grave e que merece atenção da saúde pública. Os resultados mostraram que mais da metade das pessoas nos domicílios entrevistados (55,2%) encontravam-se em algum grau de insegurança alimentar em dezembro de 2020. Além disso, e ainda mais grave, 9% da população conviviam com insegurança alimentar grave, ou seja, em números absolutos, aproximadamente 19 milhões de brasileiros estavam passando fome no período de realização da pesquisa (REDE PENSSAN, 2021).

Em relação ao inquérito, é importante destacar que ele foi realizado em dezembro de 2020, quando o auxílio emergencial do governo federal estava em vigor no país, com o valor de R\$ 600,00. No ano de 2021, durante os meses de janeiro a março, o auxílio esteve suspenso, sendo restabelecido somente em abril com valores menores e escalonados de R\$ 150,00 a 375,00 (CEF, 2021), agravando ainda mais a situação de insegurança alimentar já verificada nacionalmente no ano anterior.

Com um olhar voltado para as populações em situação de vulnerabilidade social e que vivem em favelas no país, uma pesquisa realizada pelo Instituto Data Favela, em parceria com a Cufa Brasil, em 2021, demonstrou que 68% das pessoas não tiveram dinheiro para comprar comida, por pelo menos um dia, nas semanas que antecederam a pesquisa. Outro fato que o estudo revelou foi que a média de refeições diárias nessa população reduziu de 2,4, em fevereiro de 2020, para 1,9, em fevereiro de 2021 (QUINTE-NELLA, 2021).

Olhar para essa problemática numa perspectiva histórica nos leva a refletir e reconhecer que o país já experimentou outras formas de fazer e cuidar da SAN da população. Nas duas últimas décadas, quando o tema foi prioridade de governo, houve o fortalecimento e a elaboração de um conjunto de políticas públicas que levaram o Brasil a ser reconhecido internacionalmente no combate à pobreza e à fome, culminando, inclusive, com a sua retirada do Mapa da Fome no ano de 2014 (FAO, 2014; RIBEIRO-SILVA et al., 2020; ZAGO, 2021).

O Relatório “O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional”, publicado em 2014, discute as estratégias de governança que foram adotadas para o sucesso do país no passado. O documento sintetiza quatro eixos de ações que ocorreram devido às políticas estruturais que visavam ao combate direto da fome e da pobreza extrema, especialmente entre os grupos de população mais vulneráveis: acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda; articulação, mobilização e controle social (FAO, 2014).

Essa priorização permitiu os avanços na agenda da alimentação e a consolidação do DHAA no ordenamento jurídico do país por meio da Emenda Constitucional 64 de 2010. O conceito com uma visão ampliada de SAN no Brasil foi proposto em 2006, com a publicação da lei orgânica de segurança alimentar e nutricional (JAIME, 2019), endossando que:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Importante destacar que no Brasil e no mundo os conceitos de SAN e DHAA estão cada vez mais próximos, sendo necessária a adoção de mecanismos de exigibilidade para que esse direito seja atingido na sociedade

(LEÃO, 2013). As autoras Guerra, Mancuso e Bezerra (2019, p. 3373) trazem os textos expressos em documentos internacionais da Organização das Nações Unidas:

O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada terá de ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os Estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome mesmo em épocas de desastres, naturais ou não.

A lei orgânica de segurança alimentar e nutricional, publicada em 2006, criou no país o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) que tem por objetivos: formular e implementar políticas e planos de SAN; estimular integração do governo e sociedade civil e promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação.

Para implementação e execução do sistema, foi previsto um modelo de política intersetorial para dar conta das discussões desse assunto complexo. Neste sentido, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, em parceria com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, teria como papel central coordenar e elaborar o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que se constitui como ferramenta de planejamento, gestão e execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (GARCIA; RECINE, 2014).

Segundo Vasconcellos e Moura (2018), os Estados e Municípios não têm a obrigação de estabelecer a mesma composição institucional do nível federal, porém, há orientação para criação de estruturas subnacionais similares a do SISAN. No estudo realizado pelas autoras, foi verificado que no ano de 2014 todas as Unidades Federativas contavam com estruturas voltadas para políticas de alimentação.

Porém, no campo da SAN, o país vem sofrendo uma política de desmantelamento nos últimos anos, manifestada em frequentes ataques, cortes orçamentários e desmontes das instituições fundadas com esse objetivo (FLEURY; MENEZES, 2020). A Emenda Constitucional 95 de 2016, que estabelece um teto de gasto público com proteção social, e a extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, logo na primeira medida provisória de número 870/2019 do atual governo federal, são exemplos

claros desse desmonte (RECINE et al., 2020). Dentre as decisões políticas recentes que evidenciam o desmonte do sistema de segurança alimentar no país, é preciso citar a Medida Provisória de número 1061/21 que extingue o Programa Bolsa família e o Programa de Aquisição de Alimentos, dois programas reconhecidamente importantes para que o Brasil saísse do Mapa da Fome em 2014.

## **MOVIMENTOS SOCIAIS E A RESISTÊNCIA AO CENÁRIO DE FOME INSTALADO**

Para tratar sobre a importância dos movimentos sociais na busca de direitos, é preciso resgatar a participação popular em um momento histórico no Brasil: a promulgação da Constituição Brasileira, em 05 de outubro de 1988. Este marco representa a redemocratização do país. Para Fachin e Pagliarini (2018), é inquestionável a participação dos movimentos sociais nesse processo que foi marcado por muita luta no âmbito da Assembleia Constituinte para criar e garantir direitos para toda a população. Os autores discutem a importância desses movimentos antes e durante a promulgação e destacam os seguintes grupos que foram organizados: clubes de mães, movimentos dos favelados, comunidades eclesiais de base, movimentos do custo de vida, movimentos contra a carestia, movimentos pela saúde, movimentos pelo emprego, movimentos sindicalistas, entre outros.

Contudo, após três décadas da publicação da chamada constituição cidadã, não há dúvidas de que vivemos tempos difíceis, de muitas necessidades, de uma sociedade em que predomina uma imensa crise de responsabilidades e em que os direitos constitucionais são frequentemente violados, revelando novamente a importância do engajamento dos movimentos sociais (CALIXTO; CARVALHO, 2020; TONETTO, 2020). Em uma reflexão sobre a situação atual do país, Maluf (2020) afirma que a crise sanitária, acrescida das questões alimentares e econômicas, pode se tornar uma tragédia humanitária, visto que o enfrentamento desses problemas é marcado por negligência, irresponsabilidades, ausência de coordenação e sobreposição de interesses negociais. O autor chama a atenção para a relevância de pesquisas em segurança alimentar no contexto da pandemia de Covid-19, em particular sobre a atuação da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). Destaca, ainda, a necessidade de diálogo e articulação entre a universidade em seus campos de pesquisa, ensino e extensão com as organizações e movimentos sociais que buscam não apenas a segurança alimentar e nutricional e o direito hu-

mano à alimentação adequada, como também outras questões que afetam a vida da sociedade em geral, inclusive a própria produção do conhecimento.

Diante do atual desmonte de políticas de proteção social e da inércia do governo federal no combate à fome no país, violando diversos direitos constitucionais, movimentos sociais em centros urbanos podem ser compreendidos como potentes formas de resistência, sobretudo em regiões de alta vulnerabilidade social, reforçando os princípios norteadores da abordagem defendida pelo educador e filósofo Paulo Freire: “transformar a realidade opressora é tarefa histórica de todos os homens” (FREIRE, 1987, p. 20).

A organização desses movimentos sociais envolve um trabalho coletivo com múltiplas dimensões. Em comum, esses movimentos requerem organização interna para tomada de decisão sobre as doações; mapeamento e cadastramento das famílias necessitadas; acionamento das redes de contatos para possíveis parcerias; organização para recebimento das doações e distribuição dos alimentos, adotando medidas para evitar aglomeração; e ainda, prestação de contas (FLEURY; MENEZES, 2020).

A Ação Cidadania é um importante exemplo de movimento social e de abrangência nacional. Fundada por Hebert de Souza, o Betinho, em 1993, para lutar pela erradicação da fome e da miséria no Brasil, alcançou importantes conquistas que contribuíram para a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014, como: a criação dos restaurantes populares e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a execução do Programa Fome Zero, a criação do Cadastro Único de Políticas Sociais e o aumento da cobertura dos programas de transferência de renda. Atualmente, foi lançada a Agenda Betinho com objetivo de contribuir para a garantia, desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas municipais de SAN em todo Brasil. A agenda é destinada aos governantes, aos prefeitos e sociedade civil organizada e apresenta propostas divididas em quatro áreas: Produção e abastecimento de alimentos saudáveis; acesso à alimentação saudável; fortalecimento do SISAN e educação alimentar e nutricional (AÇÃO DA CIDADANIA, 2021). Na emergência sanitária de Covid-19, a Ação Cidadania traz toda sua capacidade de articulação e, com as campanhas “#Natal-semfome” e “#Açãocontraocorona”, conseguiu apoiar, aproximadamente, 4 milhões de pessoas com distribuição de 10.000.000 quilos de alimentos, o que equivale a 50 milhões de pratos de comida, isso apenas no ano de 2020.

Outro importante movimento social que abrange todo território nacional é o Mões da Favela. Idealizado pela Central Única das Favelas (CUFA Brasil), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e tendo algumas empresas

privadas como patrocinadoras e parceiras, o projeto abriu um fundo solidário, ou seja, uma campanha de arrecadação de dinheiro para doar cestas básicas físicas e cestas digitais (vale no valor de R\$ 100,00) para mães solo moradoras das 5 mil favelas que a CUFA já atendia antes da pandemia de Covid-19. No total, até o final de 2021, esse movimento conseguiu ajudar 3.663.800 famílias por todo Brasil. Esse fundo solidário permanece arrecadando doações, e objetiva ajudar um número ainda maior de famílias no futuro (MÃES DA FAVELA, 2021).

No município de São Paulo também há exemplos de movimentos que atuam para a transformação social, como SP Invisível e Casa Ecoativa, que em comum ajustaram seus objetivos e formas de atuação para atenderem as demandas emergenciais diante da crise sanitária. Outro movimento de destacada atuação social no contexto da Covid-19 é o projeto Fazendinhando, cuja atuação solidária e participativa e as vivências experimentadas pelos seus integrantes são objetos de estudos conduzidos na Faculdade de Saúde Pública da USP<sup>2</sup>, possibilitando importantes reflexões sobre as interações entre segurança alimentar, movimentos sociais e sustentabilidade.

O SP Invisível é uma organização não governamental (ONG) focada na conscientização social que busca transformar a vida de pessoas em situação de rua. O projeto surgiu em 2014, quando seus fundadores receberam o convite para fotografar as invisibilidades da cidade de São Paulo. Desde então, eles objetivam ouvir as histórias das pessoas em situação de rua, na perspectiva de quebrar os paradigmas do preconceito e lutar pela voz dessas pessoas. Por meio de uma campanha de financiamento coletivo, eles arrecadam dinheiro e doam roupas, itens de higiene e alimentos para as pessoas em situações de rua em diversas entregas feitas durante o ano, principalmente, em datas comemorativas como Páscoa, Natal, Dia das Mães, dentre outras. Durante a pandemia de Covid-19, o projeto distribuiu lanches e kits de higiene para a população em situação de rua e, no inverno de 2021, realizou a campanha Inverno Invisível, distribuindo mais de 14 mil kits que incluíam moletos do projeto (SP INVISÍVEL, 2022).

A Casa Ecoativa é um centro eco cultural localizado na Ilha do Bororé, no distrito do Grajaú, zona sul da capital, que fica a cerca de 30 km do centro da cidade. A Ilha do Bororé, que é na verdade uma península

---

2 Os títulos dos estudos citados e desenvolvidos dentro de uma perspectiva participativa junto aos atores locais do Movimento Fazendinhando são: “Aspectos alimentares e socio-culturais: uma etnografia na favela do Jardim Colombo” e “Políticas públicas de alimentação e nutrição e acesso ao direito humano à alimentação adequada no contexto da Pandemia de Covid-19: um estudo no município de São Paulo, SP.”

pois um de seus lados possui ligação com o continente, fica às margens da represa Billings. Dessa forma, a maneira mais comum de acessá-la é através da balsa que sai do Grajaú. Em relação à caracterização do local, nota-se o contraste entre o avanço da urbanização e do adensamento populacional, representado pelo distrito do Grajaú, e a resistência e manutenção de características predominantemente rurais e da baixa densidade demográfica na Ilha do Bororé (SESC, 2021).

O extremo sul de São Paulo, onde localiza-se a Casa Ecoativa, é um local de grande vulnerabilidade socioeconômica que, ao mesmo tempo, tem papel estratégico para a metrópole, tendo em vista a produção de energia, provisão de água e produção de alimentos, e preservação ambiental, já que ali está a Área de Proteção Ambiental (APA) Bororé-Colônia. O viés preservacionista e de respeito ao território foi mantido pelos moradores da região, que ocuparam a Casa Ecoativa com o objetivo de manter um local de encontro para debater questões ligadas à preservação local e reivindicação de direitos sociais básicos (SESC, 2021).

Hoje, a Casa Ecoativa é definida como um centro eco cultural onde se reúnem coletivos, grupos, organizações, escolas e projetos vinculados à Universidade de São Paulo, com o objetivo de desenvolver atividades, ações e projetos culturais e socioambientais por meio de práticas sustentáveis e da educação popular participativa. A filosofia que embasa as ações desenvolvidas é a permacultura, ou seja, o desenvolvimento de tecnologias capazes de suprir as necessidades básicas dos seres humanos a partir da utilização sustentável e racional dos recursos naturais. Algumas tecnologias aplicadas e utilizadas no local são: a captação da chuva para reuso, banheiros secos, sistemas de saneamento ecológico, mobiliário de reuso, bicicletário de pallet, painéis com tinta de terra, entre outros (CASA ECOATIVA, 2021; SESC, 2021).

Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se ainda aquelas voltadas à alimentação. Na Casa Ecoativa, entre as paredes grafitadas e os espaços de produção de alimentos de forma agroecológica, funciona uma cozinha comunitária. A produção local de alimentos fomenta os pequenos circuitos de alimentação a partir da preparação de refeições saborosas, de baixo custo, sem desperdício e utilizando os ingredientes locais. Segundo informações do Projeto Itinerários de Resistência, do Sesc São Paulo (2021), diversas ações são desenvolvidas a partir da cozinha comunitária, como o projeto “O Que Cabe no Meu Prato”, que propõe a reflexão sobre temas políticos ambientais e de autocuidado a partir de uma alimentação à base de vegetais; a ação das cozinheiras conhecida como “Cozinha Amara”, que une a produção de refeições saudáveis à garantia de renda das mulheres que par-

ticipam do projeto; e o projeto “Lu RecicLAlimentos” que atua com formas de diminuir o desperdício de alimentos.

Durante a emergência sanitária da Covid-19, as atividades da Casa Ecoativa precisaram mudar de conformação para garantir o distanciamento social e a menor disseminação do vírus. Durante esse período, parcerias antigas foram fortalecidas e novas ações foram desenvolvidas. Uma delas, por exemplo, envolve uma parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, que teve como desdobramento a criação do Projeto “Bororé ao Mundo”, que busca tornar mais acessíveis, por meio de narrativas imagéticas, a memória, os modos de vida e a herança das gerações locais, representadas pelas adolescentes que moram na região. Também foram confeccionadas máscaras de pano pelos coletivos de mulheres, costureiras e artesãs da ilha, para distribuição gratuitamente, em parceria com a Associação de Moradores da Ilha do Bororé. Essa associação também atuou de forma emergencial durante a pandemia, recebendo e distribuindo alimentos e produtos de higiene para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica na região (CASA ECOATIVA, 2021).

O Fazendinhando é um instituto de transformação territorial, cultural e social em territórios vulneráveis, feito por e para os moradores, por meio da recuperação de espaços públicos e moradias, ações de arte e cultura, qualificação profissional e empreendedorismo social. Criado em 2012, na perspectiva de promover atividades realizadas na União Educacional e Esportiva do Jardim Colombo, efetivamente ganhou força em 2017, quando por meio dos esforços das lideranças o instituto para envolver a população foram realizadas ações para transformar um antigo depósito de lixo (Figura 1), único terreno vazio na região e com declive acentuado, em uma praça e um espaço de convivência. Segundo relatos da cofundadora do instituto, grande parte da dificuldade em conseguir a participação social ocorre por conta da descrença da população local que já recebeu muitas promessas ainda não cumpridas, principalmente, por parte do poder público. O Fazendinhando buscava, ainda, contribuir para que as crianças e jovens se engajassem nas atividades do projeto evitando, assim, que fossem aliciados pelo tráfico de drogas no meio da favela.

A Favela do Jardim Colombo faz parte do Complexo de Paraisópolis que é composto predominantemente por núcleos habitacionais, ocupa uma área de 101,5 hectares, está situado na zona oeste da capital e é administrado pela subprefeitura do Butantã. A área do Jardim Colombo ocupa 14,9 hectares que hoje abriga em torno de 18 mil pessoas distribuídas em, aproximadamente, 5 mil famílias.



**Figura 1 - Imagem superior do parque Fazendinha**

**Foto:** Nilton Santos Stanguini

Ao serem atravessados pela crise sanitária da Covid-19, no início do ano de 2020, os líderes do projeto rapidamente perceberam as necessidades da população local quanto à alimentação e SAN que já existiam, mas que se agravaram por conta dos recuos causados pelas mudanças impostas pela pandemia.

Dessa forma, os objetivos do projeto Fazendinha foram adaptados no sentido de atenderem as demandas emergenciais de combate à fome e ao vírus, com a realização de ações emergenciais como distribuições de cestas básicas, distribuição de frutas, legumes, verduras, pães e marmitas. Nos momentos mais críticos da pandemia no país, o instituto alcançou a marca de 650 cestas básicas distribuídas semanalmente para as famílias e de 200 marmitas distribuídas diariamente no horário do almoço.



**Figura 2** - Voluntárias produzindo as marmitas na cozinha cedida para o Fazendinhando

**Foto:** Nathália César Nunes

As ações do instituto não se restringiram apenas ao Jardim Colombo. Segundo informações prestadas pelo Fazendinhando em suas redes sociais, durante o período de maior gravidade da pandemia, eles conseguiram alcançar e beneficiar cerca de 13 comunidades por meio da distribuição de 26 mil cestas básicas; 20 mil kits de higiene e limpeza; 8 mil cestas de frutas, legumes e verduras; 20 mil marmitas; aproximadamente mil pacotes de fraldas descartáveis e mil pacotes de leite em pó e produção e distribuição de mais de 200 mil máscaras descartáveis.

Além das ações emergenciais, o instituto Fazendinhando passou a realizar cursos profissionalizantes para as mulheres moradoras do Jardim Colombo. Esse projeto, chamado Fazendeiras, surgiu a partir da preocupação dos integrantes do Fazendinhando com o grande número de mulheres, mães solo que perderam o emprego, muitos deles informais e sem carteira assinada, e estavam com dificuldades financeiras durante a pandemia. Todas essas ações levaram ao reconhecimento e à conquista do segundo lugar na votação popular do concurso Folha Empreendedorismo Social de 2021. De acordo com o inquérito realizado pela Rede PENSSAN (2021), citado

anteriormente, entre os domicílios incluídos na pesquisa, os que tinham como referência principal uma mulher, ou uma pessoa de raça/cor da pele autodeclarada como preta ou parda, ou baixa escolaridade possuíam menor condição de segurança alimentar.

Dados da POF (2017-2018) já mostravam informações semelhantes ao abordado pela Rede PENSSAN (2021), revelando que mulheres e pessoas pretas e pardas compreendiam grupos populacionais mais vulneráveis em relação à segurança alimentar (IBGE, 2021). Segundo essa pesquisa, realizada em 2017-2018, 61,4% dos domicílios em condição de segurança alimentar eram chefiados por homens. Na medida em que o nível de insegurança alimentar aumentava, a prevalência das casas chefiadas por homens diminuía. Em 51,9% das residências com insegurança alimentar grave as mulheres eram as principais provedoras. Salles-Costa et al. (2020) explicam que a insegurança alimentar em residências chefiadas por mulheres está relacionada, sobretudo, à desigualdade de renda e à dificuldade de acesso a condições estáveis de trabalho. Atento a essa realidade, o instituto Fazendinhando atua também em potentes medidas para mudanças estruturais nas vidas de mulheres mães solo, que compreendem um expressivo número de famílias dentro do Jardim Colombo, com a oferta de cursos nas áreas de gastronomia, construção civil e artesanato. Até o final de 2021, o instituto já contabilizava a participação de mais de 80 mulheres nesses cursos, que acontecem na Igreja Adventista, no Jardim Colombo. No mesmo terreno desta igreja, há uma cozinha comunitária construída pela Associação dos Moradores do Jardim Colombo. Além do curso de gastronomia, é neste espaço que funciona o local de produção e distribuição das marmitas e dos pães franceses doados aos moradores da comunidade durante a pandemia. Ainda nesta cozinha comunitária, são realizados cursos sobre comida vegana e produzidos lanches para as reuniões da igreja, na tentativa de minimizar o problema da fome de muitas famílias. Entre as atividades propostas no curso de gastronomia, vale destacar a produção de pão de mel, que tem sido uma importante fonte de geração de renda para muitas mulheres.

Já no curso de construção civil, as aulas são realizadas nas próprias residências das mulheres participantes. Assim, ao mesmo tempo em que elas aprendem uma nova profissão, majoritariamente ocupadas por homens, têm a oportunidade de realizar pequenas reformas de banheiros, de cozinhas ou realizar instalações elétricas nos cômodos da casa.

Os relatos dos líderes e voluntários do projeto evidenciam a percepção de que o engajamento em ações de combate à fome, como a produção de marmitas durante fevereiro de 2021 a maio de 2021, reforçou a necessidade de luta pela manutenção e fortalecimento das políticas públicas de

alimentação e nutrição. Apesar dos esforços dos líderes para angariar doações para a produção das duzentas marmitas diárias, pode-se perceber que, após o período de maior restrição de locomoção, as doações diminuíram. Em maio de 2021, por exemplo, a produção das 200 marmitas diárias foi encerrada, pois os estoques estavam vazios. As filas para recebimento das marmitas reafirmam a necessidade desta luta.



**Figura 3 - Fila para distribuição das marmitas**

**Foto:** Nathália César Nunes

## MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

É possível também pensar a problemática da fome à luz da discussão atual sobre a complexidade dos sistemas alimentares e sobre os impactos que o modelo hegemônico de produção e consumo de alimentos atual traz para a sociedade e para o meio ambiente. Para Willet et al. (2019), os sistemas alimentares são uma das principais causas de alterações ambientais, mudanças climáticas e agravos à saúde, já que a produção de alimentos é responsável pela emissão de 30% dos gases de efeito estufa e utilização de 70% da água doce demandada em atividades antrópicas. Se, de um lado, o próprio processo de produção de alimentos e consumo atual degrada e ameaça os recursos bases (MARCHIONI; CARVALHO; VILLAR, 2021), de outro, as mudanças climáticas podem aumentar a insegurança alimentar, em especial sobre as populações mais vulneráveis, devido à quebra de safras, redução da produção de alimentos, eventos climáticos extremos que levam a secas ou inundações (SWINBURN et al., 2019).

Para a saúde da população, o modelo atual de consumo se caracteriza pelo aumento da ingestão de alimentos ultraprocessados que está relacionado a um ou mais desfechos negativos como ganho de peso corporal e morbidades como hipertensão e diabetes, câncer e até depressão (CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO; NUPENS USP, 2021; MALTA et al., 2019).

Portanto, há consenso acerca da necessidade de mudanças urgentes quanto às formas de produzir e consumir (GARCIA; RECINE, 2014; MARCHIONI; CARVALHO; VILLAR, 2021; WILLET et al., 2019). Um caminho apontado nesta direção é a valorização e consolidação de circuitos locais de produção e consumo. Esses circuitos são expressos por meio de um sistema agroalimentar descentralizado, baseado em pequenos produtores, assim como é a agricultura familiar, e apresentam potencial para promoção da SAN do país, à medida que fornecem alimentos adequados e saudáveis. No Brasil, em média, 78% do abastecimento alimentar provém desse tipo de produção, apesar de ocupar apenas 13% das terras possíveis para agricultura, representando assim o caráter de desigualdade na distribuição das terras entre pequenos proprietários e os produtores da monocultura do agro-negócio. Outros caminhos possíveis estão relacionados ao fortalecimento de políticas de alimentação e nutrição, como o Programa de Alimentação Escolar, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, vigentes no Brasil por exemplo (GARCIA; RECINE, 2014), porém, como já discutido anteriormente, em processo de desmonte devido às decisões políticas atuais.

Nesse contexto, a participação e a mobilização de movimentos sociais assumem papel central, já que são grandes potências para impulsionar sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, na medida que lutam para o alcance do DHAA. Segundo Leão (2013), há duas dimensões para que esse direito se realize: “o direito de estar livre da fome e da má nutrição” e “o direito à alimentação adequada”. A autora afirma que, apesar do DHAA ter início pela luta contra fome, ele só se concretiza quando considerados, em conjunto, os diversos aspectos a que se refere o termo “adequada”, a saber: diversidade; qualidade sanitária; adequação nutricional; estar sem contaminantes, agrotóxicos e organismos geneticamente modificados; acesso a recursos financeiros ou recursos naturais como terra e água; respeito e valorização da cultura alimentar nacional e regional; acesso à informação e realização de outros direitos.

A atuação desses movimentos sociais para impulsionar sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis e o alcance do DHAA também pode ser pensada à luz de uma perspectiva multidimensional e crítica sobre sustentabilidade. Essa perspectiva evoca, para além das questões ecológicas, aspectos como diversidade cultural, solidariedade com o planeta e biodiversidade, valores éticos, equidade, garantia de direitos sociais, justiça e autonomia (VENTURA et al., 2020).

Como o cenário brasileiro evidencia, as ações do poder público voltadas à garantia do DHAA e à SAN durante a pandemia de Covid-19 não acompanham as urgências e enormes carências dos grupos sociais vulneráveis. Ao trazer para o cerne da discussão o papel do controle social nas políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil, Jaime (2019) salienta que a organização da sociedade civil emerge em busca de uma sociedade equânime, que se contrapõe à realidade, permeada por desigualdades sociais. Essa transformação passa pela solidariedade social e pela colaboração coletiva, de forma que haja troca dos saberes populares, técnicos e políticos para a produção do bem público geradores do desenvolvimento sustentável e dos direitos da comunidade.

Dessa maneira, as iniciativas realizadas pelo Fazendinhando, Casa Ecoativa e SP Invisível, citadas neste capítulo, revelam as contribuições importantes desses movimentos sociais para o provimento emergencial de refeições prontas e doação de cestas básicas - fruto do voluntariado, do engajamento e da solidariedade entre os moradores e suas comunidades. Tais ações foram e continuam sendo essenciais para a existência e resistência de muitos brasileiros e brasileiras diante das adversidades, agravadas pela pandemia de Covid-19. Alinhados à perspectiva crítica e multidimensional de sustentabilidade, esses movimentos buscam minimizar os impactos à

SAN no contexto de desmontes e invisibilização de populações periféricas e vulneráveis socioeconomicamente às políticas brasileiras de segurança alimentar e nutricional, sobretudo no âmbito da pandemia. Suas atuações lançam luz, ainda, à importância de compreender e analisar em profundidade as demandas sociais e as ações essenciais necessárias para colaborar com mudanças na (re)estruturação do cenário atual exposto e das políticas públicas brasileiras.

O instituto Fazendinhando, como os estudos e vivências dos autores revelam, evidencia todo o esforço de pessoas engajadas pela justiça e transformação social. O trabalho voluntário de várias delas traz jornadas duplas ou triplas. Muitas mães solo precisam se organizar para deixar os filhos aos cuidados de terceiros para que possam também dedicar parte de seu tempo às ações do movimento. O trabalho diário das lideranças envolve desde horas dedicadas à obtenção de alimentos, produtos de higiene, doações, dinheiro, estrutura física e pessoas para a produção de marmitas, ao empenho para organizar cursos profissionalizantes que possam melhorar estruturalmente a vida de quem perdeu o emprego. “A transformação pode até ser sonhada sozinha, mas ela só acontece com o envolvimento e participação de muitas pessoas”. A frase citada por uma das lideranças do projeto sintetiza os esforços e as perspectivas de atuação participativa do movimento.

Essas experiências apresentadas neste capítulo revelam, ainda, o papel indutor que a sociedade civil e as organizações de controle social exercem nas políticas de SAN no Brasil. Em comum, tais experiências buscam também atuar na defesa do fortalecimento de programas estratégicos, como Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos e de equipamentos públicos, como bancos de alimentos e restaurantes populares, com vista à garantia do DHAA, sobretudo em tempos de grave crise sanitária. Assim, pensar em soluções para reverter o cenário de insegurança alimentar e fome no país, para além de debater questões chave e de ampla abrangência como as políticas públicas de alimentação e nutrição, direitos, justiça social e sustentabilidade, passa por olhar e aprender com as experiências vivenciadas de ações coletivas locais, desenvolvidas antes e durante a pandemia de Covid-19, dentro de movimentos sociais.

## REFERÊNCIAS

AÇÃO DA CIDADANIA. Associação Comitê Rio da Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e Pela Vida. Rio de Janeiro: Santo Cristo, 2021.

Disponível em: <https://www.acaodacidadania.org.br/> Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm). Acesso em: 21 jun. 2021.

CAETANO, C.C.S. et al. SARS-COV-2 pandemic: the food insecurity and social inequalities in Brazil. *Revista de Alimentação e Cultura das Américas*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 183-195, 2020.

CALIXTO, A. J.; CARVALHO, L. C. Movimentos sociais como instrumentos de tutela de direitos humanos na América Latina. *Revista de Direito Brasileiro*, Florianópolis, v. 27, n. 10, p. 31-50, set./dez. 2020.

CARTA CAPITAL. Mais de 2 milhões de pessoas ainda moram em favelas. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/32xsp/mais-de-2-milhoes-de-paulistanos-ainda-moram-em-favelas/> Acesso em: 22 mar. 2022.

CASA ECOATIVA. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/casaecoaativa/> Acesso em: 20 jan. 2022.

CATEDRA JOSUÉ DE CASTRO; NUPENS USP. Diálogo sobre ultraprocessados: soluções para sistemas sustentáveis e alimentares. São Paulo: Cátedra Josué de Castro, NUPENS USP, 2021. 45 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1e3BY0Chz00Rbp8lPWz4MXY3l2N4CF-CB2/view>. Acesso em: 1 jul. 2021.

CEF - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Auxílio emergencial 2021*. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio2021/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 21 maio 2021.

FACHIN, Z. A.; PAGLIARINI, A. C. Movimentos sociais na Constituição Brasileira de 1988: a construção da democracia e dos direitos humanos. *Direitos Humanos e Democracia*, Ijuí, n. 12, p. 150-160, 2018.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional relatório 2014*. Brasília: FAO, 2014. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/SANnoBRasil.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SANnoBRasil.pdf). Acesso em: 21 jun. 2021.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION; IFAD - INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT; UNICEF - UNITED NATIONS INTERNATIONAL CHILDREN'S EMERGENCY FUND; WFP - WORLD FOOD PROGRAMME; WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. In brief to the state of food security and nutrition in the world 2021. Rome: FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2021. <https://doi.org/10.4060/cb5409en>

FLEURY, S.; MENEZES, P. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. Especial 4, p. 267-280, dez., 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, G. S.; RECINE, E. Perspectiva do fornecimento de produtos da agricultura familiar para os equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional do Distrito Federal. *DEMETRA: alimentação, nutrição & saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 411-429, 2014.

GUERRA, L. D. S.; MANCUSO, A. M. C.; BEZERRA, A. C. D. Alimentação: um direito humano em disputa – focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 3369-3394, 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.20302017>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018. *Análise da segurança alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101886.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

JAIME P. C. (Org.). *Políticas públicas de alimentação e nutrição*. 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

LEÃO, M. (Org.). *O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional*. Brasília: ABRANDH, 2013.

MÃES DA FAVELA. Cufa contra o vírus. Disponível em: <https://www.maesdafavela.com.br> Acesso em: 18 jan. 2022.

MALTA, D. C. et al. Tendência temporal da prevalência de obesidade mórbida na população adulta brasileira entre os anos de 2006 e 2017. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 9, p. 1-8, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00223518>

MALUF, R. S. Tempos sombrios de pandemia e fome: responsabilidades da pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 27, p. 1-5, 2020.

MARCHIONI, M. D.; CARVALHO, A. M. de; VILLAR, B. S. Dietas sustentáveis e sistemas alimentares: novos desafios da nutrição em saúde pública. *Revista USP*, São Paulo, n. 128, p. 61-76, 2021.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. New York: PNUD, 2019. Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2019\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf) Acesso em: 15 abr. 2021.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Censo da prefeitura revela que população em situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos*. Disponível em: <https://imprensa.prefeitura.sp.gov.br/noticia/censo-da-prefeitura-revela-que-populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-nos-ultimos-dois-anos>. Acesso em: 28 jan. 2022.

QUINTENELLA S. Estudo aponta que 68% de moradores de favela não têm dinheiro para comprar comida. *Veja São Paulo*, São Paulo, 13, mar. 2021. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/estudo-aponta-que-68-de-moradores-de-favelas-nao-tem-dinheiro-para-comida> Acesso em: 18 mar. 2021.

RECINE, E. et al. Reflections on the extinction of the national council for food and nutrition security and the confrontation of Covid-19 in Brazil. *Revista de Nutrição*, Campinas, n. 33, p. 1 - 8, 2020.

REDE PENSSAN - REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Vigisan: Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil*. (S. l.): Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf) Acesso em: 11 abr. 2021.

RIBEIRO-SILVA, R. C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

SALLES-COSTA, R. et al. Food Insecurity Increases in Brazil from 2004 to 2018: Analysis of national surveys. *MedRxiv*, 2020. <https://doi.org/10.1101/2020.10.22.20217224>.

SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Capital Paulista - Ilha do Bororé. São Paulo: SESC São Paulo, 2021. Disponível em: [https://issuu.com/sescsp/docs/livrete\\_capital\\_paulista\\_ilha\\_do\\_borore\\_r3](https://issuu.com/sescsp/docs/livrete_capital_paulista_ilha_do_borore_r3) Acesso em: 20 jan. 2022.

SP INVISÍVEL. Disponível em: <https://www.spinvisivel.org> Acesso em: 18 jan. 2022.

SWINBURN, B. et al. The global syndemic of obesity, undernutrition, and

climate change. *The Lancet*, v. 393, n. 10173, p. 791-846, Feb. 2019. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)32822-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)32822-8/fulltext). Acesso em: 22 jun. 2021.

TONETTO, M. C. Ética global, direitos humanos e a pandemia da COVID-19. In: REICH, E; BORGES, M. L.; XAVIER, R. C. (Org.) *Reflexões sobre uma pandemia*. Florianópolis: NÉFIPONLINE, 2020, p. 124-134.

VASCONCELLOS, A. B. P. A.; MOURA L. B. A. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. *Cadernos de Saúde Pública*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 1-13, 2018.

VENTURA, D. F. L. et al. Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. *Caderno de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 1-5, abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00040620>

WILLET, W. et al. Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. *The Lancet*, v. 393, n. 10170, p. 447-492, 2019.

ZAGO M. A. V. As implicações do cenário pandêmico do COVID-19 frente a Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão bibliográfica. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 28, p. 1-14, 2021.

ZANATTA, P. Situação econômica leva moradores de SP a pedir alimentos em postos de saúde. *CNN Brasil*, São Paulo, 29 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/situacao-economica-leva-moradores-de-sp-a-pedir-alimentos-em-postos-de-saude/> Acesso em: 28 jan. 2022.